



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1508, QUINTA - FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2010

Requerimentos de tucanos pedindo investigação de suposto dossiê são aprovados no Congresso

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara e a comissão de inteligência do Congresso Nacional aprovaram, nesta quarta-feira (9), requerimentos apresentados por deputados tucanos com o objetivo de esclarecer a confecção de um suposto dossiê contra o pré-candidato do partido à Presidência, José Serra. Os parlamentares também querem explicações sobre contratos firmados entre a empresa Dialog Comunicação e órgãos do governo federal.

À pedido do deputado **Vanderlei Macris (SP)**, devem vir à Câmara o ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage, e os norte-americanos Ben Self e Scott Goodstein. O ministro deve apresentar detalhes dos contratos assinados entre a Dialog e entes do governo. A empresa é suspeita de participar de atos ilegais na pré-campanha da ex-ministra Dilma Rousseff.

Além disso, a Dialog se transformou nos últimos dois anos em potência do ramo em Brasília. Ela já faturou R\$ 40 milhões em contratos com ministérios, agências reguladoras e a Presidência da República. Já os estrangeiros, especialistas em internet, teriam vindo ao Brasil, em viagem supostamente paga pela Dialog, para um encontro com representantes da pré-campa-

nha do PT, onde teriam conversado a respeito da elaboração do material fajuto para prejudicar Serra.

“O que entendemos é que há uma triangulação de recursos. O governo tem inúmeros contratos assinados há pouco tempo com essa empresa que passou a dar suporte a toda a pré-campanha da candidata petista. Ou seja, existe dinheiro público nessa relação e nos causa espanto o número de contratos e a quantidade de recursos que a Dialog passou a ter repentinamente”, explicou Macris.

A comissão de inteligência do Congresso também aprovou ontem requerimentos para convidar o delegado aposentado da Polícia Federal Onézimo de Souza e o sargento da Aeronáutica Idalberto Martins, o Dadá, para também prestarem esclarecimentos sobre o suposto dossiê. Os pedidos foram feitos pelo líder da Minoria na Câmara, **Gustavo Fruet (PR)**.

O ex-delegado disse à “Veja” que Dadá teria pedido a ele para espionar o pré-candidato do PSDB, com o objetivo de subsidiar o suposto dossiê. Na comissão, pretende-se discutir como funcionam as empresas privadas de inteligência no país e verificar se há uso indevido da máquina pública nessa atividade. A princípio, os depoimentos estão marcados para o próximo dia 16.

■ O PSDB também acionou essa semana o Ministério Público Federal e o Ministério Público Eleitoral, para saber a razão da Dialog firmar contratos exclusivamente com o governo federal. Em seu pedido, o partido questiona se a Dialog e a Lanza Comunicação, empresa do jornalista Luiz Lanzetta, estariam contratando profissionais para trabalhar na campanha de Dilma. Lanzetta foi citado pela Revista “Veja” como um dos articuladores do suposto dossiê contra Serra e outros adversários tucanos.

Alta carga tributária limita exportações e importações, afirma Haully

O deputado **Luiz Carlos Haully (PR)** destacou ontem que o sistema tributário brasileiro precisa ser modernizado para acompanhar o restante do mundo. Atendendo a pedido do tucano, o tema foi debatido na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O deputado sugeriu que o Brasil adote o modelo tributário da União Européia.

Segundo ele, empresários brasileiros começam a sentir os problemas do crescimento, pois a burocracia na hora de vender ou comprar os produtos no mercado internacional acaba sendo proibitiva por causa da alta carga de impostos.

“O sistema tributário é ineficiente e precisa ser reformulado. As relações do Brasil com o resto do mundo na entrada e na saída de mercadorias, bens, serviços tem uma metodologia de tributação antiga que atrapalha as exportações e as importações”, criticou.

Haully lembrou que são muitas as reclamações por parte dos pequenos e grandes industriais que não conseguem competir em igualdade com o resto do mundo. Segundo o parlamentar, mais de 500 empresas deixaram de importar e exportar nos últimos meses devido à exagerada carga tributária.

Explicações de ministro sobre acordo nuclear não convencem, dizem deputados

Durante audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tucanos contestaram o acordo nuclear Brasil/Irã/Turquia e questionaram o chanceler sobre o isolamento brasileiro no cenário internacional por causa do tratado. Os deputados não se convenceram de que o acordo possa, de alguma forma, ser positivo para o Brasil. Ontem foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU novas sanções contra o programa nuclear iraniano.

“O governo brasileiro adota uma política dita independente, mas em política é preciso conversar com os grandes. Não concordo com essa posição de isolar o Brasil em relação a decisão das outras nações e querer mostrar para o mundo que só o nosso país está certo”, criticou o presidente da comissão, deputado **Emanuel Fernandes (SP)**. Ele disse que continua vendo a Declaração de Teerã com desconfiança.

Segundo **Duarte Nogueira (SP)**, o Itamaraty ignora a opinião pública, que vê o acordo como prejudicial para o país. “Está havendo uma contaminação inadequada e

desnecessária da diplomacia brasileira. Isso causa um desgaste ao país, além de ir contra os interesses dos brasileiros, apenas para atender a convicções ideológicas do presidente Lula”, lamentou.

Para os deputados, o isolamento brasileiro no cenário internacional ficou ainda mais nítido após a quarta rodada de sanções contra o Irã. Dos 15 membros do Conselho da ONU, 12 votaram a favor de novas punições ao país, um se absteve e apenas Brasil e Turquia foram a favor. As sanções são aplicadas pela ONU como forma de pressionar o Irã a cumprir suas obrigações com a comunidade internacional.

Pelo acordo, o Irã se compromete a enviar 1.200 quilos de urânio para a Turquia, de onde seria enviado para ser enriquecido na Rússia e França. O tratado foi rejeitado pelos membros permanentes do Conselho da ONU. O grande problema é que o Irã afirmou que vai continuar enriquecendo urânio a 20%, mesmo com o pacto. Há suspeitas de que o país use o combustível secretamente para a fabricação da bomba atômica.

Projeto de tucano obrigará escolas a realizarem exames de saúde nos alunos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou projeto do deputado **Lobbe Neto (SP)** que prevê a realização anual de exames oftalmológico e auditivo em alunos de ensino fundamental da rede pública. A proposta segue para o Senado.

O objetivo do projeto é detectar com antecedência possíveis deficiências visuais ou auditivas que possam atrapalhar o desempenho escolar dos estudantes. Segundo Lobbe, o problema compromete o aprendizado de milhares de alunos.

“Fazendo os exames na própria escola é possível detectar se há alguma deficiência e garantir que a criança tenha um aprendizado normal. Muitos alunos deixam a escola, não conseguem acompanhar a classe e só depois se descobre que eles têm algum problema”, explicou. Para Lobbe, os exames preventivos vão contribuir com o aprendizado e diminuir a evasão escolar.

A proposta, apresentada pela estudante Martha Ramires de Souza, de Minas Gerais, na 1ª edição do Parlamento Jovem Brasileiro, realizada em 2004 na Câmara foi transformada em projeto de lei por Lobbe. O programa possibilita a participação de estudantes em plenário da mesma forma que um deputado.

Tripoli cobra do governo legislação para proteger a biodiversidade

O deputado **Ricardo Tripoli (SP)** cobrou a elaboração de um projeto de lei pelo governo federal para reduzir a perda da biodiversidade no Brasil. O tucano participou ontem de audiência pública na comissão de meio ambiente que discutiu as propostas que o Brasil levará à 10ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade das Nações Unidas (COP 10), que acontecerá em outubro no Japão.

“Esse é o momento de elaborar uma lei específica, para que possamos apresentar na conferência. Estamos aguardando o projeto, que está há anos sendo discutido no Executivo. Assim, teremos um produto para apresentar no Japão. Caso contrário, só teremos metas e isso não serve”, salientou.

O tucano demonstrou preocupação também com a biopirataria que vem crescendo no Brasil. “Os países industrializados levam a nossa biodiversidade para eles, patenteiam e não recebemos nada por isso”, lamentou. “O Ministério de Relações Exteriores precisa cobrar de maneira incisiva os direitos sobre aquilo que pertence ao Brasil. Espero uma posição do governo em relação a essa questão pois ela é fundamental”, ressaltou Tripoli.

Leia também em nosso blog:

- Tucanos ressaltam que doação de alimentos deveria vir por projeto de lei
- Andreia Zito reforça a importância do uso de tecnologias na busca de desaparecidos

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Rafael Secunho ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://diariotucano.blogspot.com> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>